

# **I WORKSHOP TABELAS UNIFICADAS**

**Data: 01 e 02/12/2010**

## **DINÂMICA DE GRUPOS**

Grupo IV

### **1 - Diagnóstico da situação atual das tabelas.**

- TRT 23ª Região – Implantação total da primeira versão em 2008, terminando a implantação da nova versão em dezembro de 2010. Inicialmente feito o de/para, posteriormente foi feito a implantação da tabela do CNJ no âmbito externo, mas internamente mantêm alguns movimentos anteriores, mas não são públicos. Com o sistema de estatística implantado, terá de ser usado 100% a tabela do CNJ e a tabela de acréscimo do TST.
- TRE SE – Houve grupo do TSE onde ficaram definidas as tabelas processuais para o TRE, TSE e Zonas Eleitorais. Resultado aprovado pelo CNJ, inserido no SGT, e o TSE fez uma resolução onde estabeleceu que os sistemas considerassem somente determinadas classes processuais. Sentida maior mudança em relação aos assuntos, pois anteriormente eram de livre escolha na hora do cadastramento.
- TJRJ – Informática anteriormente baseada em ação, durante aproximadamente 15 anos. Tiveram de fazer um novo sistema, para se adaptar às tabelas do CNJ, mas não encontraram maiores dificuldades. Informação acerca do 1º grau: implantação em todas as varas e serventias, inicialmente classes e assuntos, seis meses depois, movimentos. Problema da tabela: como prover as informações, considerando-se que muitos servidores não são formados em Direito? Sistema antigo era confiável, hoje não há tal confiabilidade, porque há problemas de formação dos servidores que cadastram os dados no sistema. Acha a estrutura

dos assuntos feita para a Justiça Federal, não para a Justiça Estadual.

- TJSC – Parcialmente implantado. Varas com processos eletrônicos, tabelas totalmente implantadas. Outras unidades possuem parcialmente implantados, classes e movimentos através de de/para, movimentos ainda não.
- TJDFT – 2ª instância: já migrou tabelas de classes e assuntos, através de de/para. Fazendo de/para da movimentação, quase pronta para implantação. 1ª instância: as atividades de implantação das tabelas foram divididas em 3 frentes de trabalho, quais sejam: adaptação dos sistemas; capacitação dos servidores; implantação das tabelas de classes e assuntos por circunscrição, e tabela de movimentos por tipo de movimentação para todas as circunscrições. As tabelas de classes e assuntos foram implantadas em 9 circunscrições até o momento, e até o final do mês de dezembro finalizaremos a implementação em outras 4 circunscrições, restando apenas uma para o mês de janeiro, com a devida capacitação dos usuários. No tocante a atualização de sistemas há previsão de finalização das atividades até o mês de janeiro/2011. Existem em uso na primeira instância um sistema web e um sistema legado. O sistema novo já está pronto para as tabelas do CNJ. No mais antigo está sendo feito um trabalho árduo para adaptação e atualização do mesmo às tabelas do CNJ.
- TRE RS – Não foi tranquilo, porque as classes não eram uniformizadas. Teve um ganho na padronização dos assuntos. Se bem preenchido ajuda na produção de estatísticas. Processos antigos migrados para classes novas, mas a tramitação permaneceu a antiga.
- TRT 2ª Região – Implantou em 2008 com de/para, primeiro com as classes. Estão deficitários com os acréscimos, não foi feita de forma necessária. Ainda usam o de/para. Ponto positivo é a padronização para fins de assuntos. Acha a tabela de assunto feita para a Justiça Federal comum, e não para a Justiça do Trabalho. 2 equipes: uma para 1ª instância outra 2ª instância.

Em 1ª instância feita equivalência. 1ª não tem tabela física, implantada a tabela do CNJ. 2ª instância já foi feito o sistema em cima da tabela do CNJ, ou seja, já foi implementada a tabela do CNJ.

- TRF 5ª Região – Não implantou no 1º grau. O Tribunal optou por implantar no 2º Grau. No 2º grau implantou classes e assuntos, movimentos em fase de implantação, faltando apenas a implantação dos movimentos do escrivão, e alguma adequação de nomenclatura. Dificuldade na preparação dos servidores para cadastro dos assuntos, não conseguem, às vezes, classificar o processo devidamente, por não terem formação em Direito, além da grande demanda que torna o cadastro passível a erro. No 1º grau esta sendo implementado o de/para.

## **2 - Dificuldades na instalação, utilização e implementação das tabelas.**

- TRT 23ª – Dificuldade na parte humana, conversas e treinamentos. Atual dificuldade em manter a atualização, devido o dinamismo de atualização das tabelas do CNJ. Perda de assuntos muito utilizados que sumiram na tabela de assuntos da Justiça do Trabalho. Dificuldade em acompanhar o CNJ e o TST.
- TRE SE – Quantidade de assuntos e meio processual. Atualização e criação de meios e assuntos processuais para melhor classificar os processos.
- TJRJ – Maior dificuldade é o fato de terem um sistema estrutura em quinze anos de trabalho e ter de mudar tudo de repente. Outra dificuldade é reclassificar ações em classes e assuntos, que devido ao tempo gerou erros graves que tiveram de ser corrigidos. O terceiro problema, é a grande dificuldade no lançamento de assuntos e complementos de assuntos da forma pedida pelo CNJ, deveriam ser disponibilizadas pessoas com grande conhecimento jurídico para cadastrar esses assuntos. Críticas à comparação entre tribunais com realidades diferentes.
- TJSC – Sistema contratado de empresa privada desde 1998. Como já tinha sistema, para fazer o de/para foi preciso pedir

uma atualização do sistema, e parar o desenvolvimento de um sistema novo, que já vinha sendo desenvolvido. Outra dificuldade, são processos que não possuem assunto nas tabelas.

- TJDFT – 1ª instância, sistema novo, facilmente incorporaram classes e assuntos do CNJ. Faz amarrações de feitos com classes para evitar erros humanos no cadastro dos dados do processo. Dificuldade de ser um trabalho mais braçal adequar a realidade existente às tabelas do CNJ. Estão caminhando na implantação. Dificuldade de adequar a tabela de classes e assuntos à realidade do tribunal. Formação didática dos servidores, faz com que os servidores sem formação jurídica entendam o mecanismo de cadastramento de processos tendo como base a tabela. Manual do CNUJ estipula somente por volta de 10% dos casos.
- TRE RS – Não terão grandes dificuldades na implantação, tendo em vista que já realizou outras mudanças.
- 
- TRT 2ª – Ratifica a posição do TRT da 23ª Região. Acrescentando necessidades de treinamento e comprometimento do pessoal e mudança da cultura para se ter uma visão global do andamento do processo.
- 
- TRF 5ª – Não pode enumerar dificuldades, porque ainda não começaram a implantação, em se tratando de 1º grau, tendo em vista as demandas prioritárias tanto do CNJ quanto do CJF. Várias demandas, todas com prazos exíguos, frente a quantidade e qualificação de pessoal.

### **3 – Plano de ação.**

#### **Iniciativas:**

- Melhor comunicação direta com o CNJ;
- Estabilização do modelo pelo CNJ, em caso de atualização converter o modelo anterior para o modelo novo, e não desprezar o modelo anterior;
- Melhor planejamento das atualizações, analisar o impacto dessas atualizações;
- Antes das atualizações, haver a produção de uma tabela provisória para os tribunais emitirem suas opiniões, não ficando ligados a decisões do Comitê Gestor;
- Treinamento e geração de comprometimento de magistrados e servidores.

<b>AÇÕES A REALIZAR</b>	<b>COMO?</b>	<b>PRAZO INICIAL</b>	<b>PRAZO FINAL</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>CUSTO</b>
Solicitar abertura da gestão de tabelas para mais servidores dos diversos tribunais	Solicitado ao CNJ a partir deste documento. Usar o resultado do Workshop como documento.	Imediato		Grupo 4	Usar o Fórum e o SGT para aumentar a comunicação e interação, atendendo às necessidades dos tribunais.	0
Melhorar a comunicação e interação do CNJ com os tribunais de forma proativa	Solicitar que o CNJ cobre a participação de pessoas que realmente participem, estejam ativas na gestão e implantação da tabela, e não servidores pró-forma.	Imediato		Grupo 4	Otimizar a atividade próxima e a comunicação entre todos os tribunais.	0
Solicitar a elaboração de um material didático, um livro de referência, um manual de regras, em meio físico ou eletrônico, indo além das informações contidas no glossário.	Solicitar ao CNJ a realização deste trabalho	Imediato		Grupo 4	Melhor capacitação dos servidores que realizam o cadastramento de classes, assuntos e movimentos nos sistemas dos tribunais.	0

<p>Promover treinamento dos servidores responsáveis pelo cadastro de classes, assuntos e movimentos nos sistemas.</p>	<p>Realização, por iniciativa dos tribunais, de cursos de capacitação e conscientização para servidores e magistrados em relação ao uso das tabelas processuais unificadas.</p>	<p>Março/2011</p>	<p>Permanente</p>	<p>Tribunais</p>	<p>Melhor capacitação dos servidores que realizam o cadastramento de classes, assuntos e movimentos nos sistemas dos tribunais. Conscientização dos magistrados na importância do uso das classes, assuntos e movimentos previstos nas tabelas processuais unificadas.</p>	
<p>Criação de um fórum para compartilhamento de experiências, tanto da área de TI quanto da área judiciária.</p>	<p>Solicitado ao CNJ a partir deste documento. Usar o resultado do Workshop como documento.</p>	<p>Imediato</p>		<p>Grupo 4</p>	<p>Usar o Fórum e o SGT para aumentar a comunicação e interação, atendendo às necessidades dos tribunais.</p>	<p>0</p>

## **8 – Perguntas do grupo**

- **O CNJ tem disponibilidade orçamentária para auxiliar os Tribunais em caso de necessidade de uso de recursos terceirizados?**
- **O CNJ tem planos de apoiar os Tribunais para ampliação dos Quadros de TI, com base na Resolução 90?**
- **O CNJ tem condições de limitar os pedidos de informação ao conteúdo contemplado nas tabelas unificadas?**

## LISTA DE PRESENÇA

<b>GRUPO:</b>		
<b>NOME</b>	<b>E-EMAIL</b>	<b>TELEFONE</b>
<b>César Romero Lima</b>	<b>cesarlima@trt23.jus.br</b>	<b>(65) 3648-4268</b>
<b>Moisés Bites</b>	<b>moisesbites@trt23.jus.br</b>	<b>(65) 3648-4397</b>
<b>Ronaldo Vieira de Aragão</b>	<b>rvieira@tre-se.gov.br</b>	<b>(79) 2106-8630</b>
<b>Ana Cláudia Travassos</b>	<b>Claudia@tre-se.gov.br</b>	<b>(79) 2106-8654</b>
<b>Ricardo Floriano de Souza</b>	<b>ricardosouza@tre-rs.gov.br</b>	<b>(51) 3216-9539</b>
<b>Vanessa Rocha e Rosely Menezes</b>	<b>Vanessa.rocha@tjdft.jus.br</b>	<b>(61) 3103-4150</b>
<b>Marcos Olinto</b>	<b>marcoso@trf5.jus.br</b>	<b>(81) 3425-9122</b>
<b>Raquel Falcão</b>	<b>rfandrade@trf5.jus.br</b>	<b>(81) 3425-9513</b>
<b>Alisson Coutinho</b>	<b>Alisson.coutinho@tjdft.jus.br</b>	<b>(61) 3103-4150</b>
<b>Renata Oliveira e Katia Prates</b>	<b>Katia.souza@tjdft.jus.br</b>	<b>(61) 3343-7721</b>
<b>Flávio Manzi Alves</b>	<b>Flavio.alves@tjdft.jus.br</b>	<b>(61) 3103-4150</b>

